

Pressão dos servidores acaba em rejeição e arquivamento de projetos

Para Administração Municipal, retenção de proposta é inconstitucional



Carolina Chaves da Silva

carolsilva@informativo.com.br

» Lajeado

Depois de várias discussões, de reuniões e de dois abaixo-assinados com cerca de mil assinaturas, parte dos servidores municipais conseguiu o que queria: o arquivamento do projeto de lei do Plano de Carreira, elaborado por representantes deles mesmos, nos últimos três anos.

A opção foi levantada pelo vereador Ildo Salvi (Rede) em sessão extraordinária na manhã de ontem. O vereador fez o pedido em decorrência da falta de pareceres da Comissão de Redação e Justiça em emendas e ofícios, encaminhados pelo Poder Executivo.

O fato gerou bate-boca, antes da votação, entre o até então presidente da casa, Carlos Eduardo Ranzi (PMDB), e o vereador Sérgio Kniphoff (PT), e entre os vereadores Ernani Teixeira (PDT) e Salvi.

Segundo Teixeira, os pareceres não foram dados pela comissão, presidida por ele, porque Salvi teria "segurado" o projeto original, impedindo as análises. Porém, alguns ofícios teriam chegado há mais de duas semanas à Casa. Kniphoff, então, reclamou da possibilidade de arquivamento, para



Carolina Chaves da Silva

CONFUSÃO: vereadores discutiram antes da votação do projeto do Plano de Carreira

Teixeira. Ambos solicitaram que alguns minutos fossem dados à comissão, para que pudesse olhar os papéis - um deles com cerca de 50 páginas. "Nós podemos deixar de votar um projeto, para o qual o prefeito pediu sessão extraordinária, por um erro dos vereadores?", questionou.

Ranzi rebateu dizendo que, pelo período estabelecido, as comissões teriam até 1º de janeiro para analisar o projeto e, por isso, não teriam a obrigação de terminar antes. "Se o prefeito queria que fosse votado antes, deveria ter encaminhado o projeto antes."

A resposta teve repercussão em gritos dentro do plenário e na suspensão da sessão por cinco minutos. Por fim, apenas quatro - Carlos

Kayser (PP), Sérgio Kniphoff (PT), Ernani Teixeira (PDT) e Heitor Hoppe (PT) - dos 15 vereadores votaram contra o arquivamento, o que garantiu a retenção da proposta até o próximo ano.

REJEITADOS

Os projetos que visavam a troca de regime celetista para estatutário, exigida pelo Tribunal de Contas do Estado, e a implantação do Plano de Previdência Municipal foram rejeitados, por sete votos contrários - Delmar Portz (PSDB), Antônio de Castro Schefer (SDD), Adi Cerutti (PMDB), Ildo Salvi (Rede), Lorival Silveira (PP), Círio Schneider (PP) e Waldir Gisch (PP). O vereador Carlos Kayser (PP) se absteve das votações por ser fiscal da prefeitura.

Parte dos servidores também era contrária à aprovação dessas propostas. Os demais 26 projetos colocados em pauta, ontem, foram aprovados pelos parlamentares.

SEGUE A LUTA

A servidora Graziela Müller acompanhou as votações e acredita que ainda seja possível modificar os projetos. "Vamos ter que correr atrás de refazer esse plano, de uma maneira correta e justa. Não podemos esquecer."

Ela afirma que batalhará para que as mudanças sejam realizadas. "Eu não sei os demais, mas eu vou falar com quem for necessário. Queremos esses projetos, mas da forma correta", ressalta.

O outro lado

O secretário de Governo, Auri Heisser, afirma que o Poder Executivo está analisando o que irá fazer em relação ao arquivamento do projeto, porque o considera inconstitucional. Ele afirma que a opção não estaria prevista no Regimento Interno da Câmara, nem na Lei Orgânica Municipal.

Quanto às duas rejeições, Heisser ressalta que não há mais nada a ser feito, mas é um prejuízo para os servidores. "Eles perderam um ano, já que em 2016 não poderemos aprovar nenhum deles." Em relação às reclamações dos aumentos, ele diz serem inadmissíveis. "Um servidor consciente ficaria feliz pelo colega." Na semana passada, o prefeito Luis Fernando Schmidt afirmou que as quatro categorias foram escolhidas pela defasagem salarial e baixo número de servidores, o que tornaria possível o reajuste.

Saiba Mais

As reclamações dos servidores e posicionamento contra o Plano de Carreira surgiu, principalmente, em razão de reajustes salariais previstos somente para quatro categorias. Três fiscais do Meio Ambiente receberiam mais de 80% de aumento. Recreacionistas e monitoras também reclamavam da falta de inclusão delas no Plano de Carreira dos professores, que é elaborado à parte. Em reunião com os vereadores, na segunda-feira, a presidente do Sindicato dos Professores Municipais, Mara Goergen, afirmou que, depois de concluído pelos servidores, além do anexo prevendo esse reajuste, outros pontos teriam sido modificados pelo Poder Executivo, o que o deixaria em desacordo com o real objetivo dos servidores. Eles ainda queixavam-se de que não haviam sido chamados para nenhuma assembleia antes de o documento ter sido encaminhado à Câmara. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lajeado (Sispumul) havia encaminhado nota a favor da aprovação dos projetos há cerca de duas semanas e, posteriormente, não se pronunciou mais sobre o assunto.

Hoppe, Cerutti e Ranzi formam a nova Mesa Diretora da Câmara

Lajeado - A Câmara de Vereadores está sob novo comando desde ontem. Em sessão extraordinária, duas chapas candidatas ao cargo de direção da Casa foram votadas. Com oito votos a sete, a Chapa 1, formada pelo vereador Heitor Luiz Hoppe (PT), como presidente; Adi Cerutti (PMDB), como vice; e Carlos Eduardo Ranzi (PMDB), como secretário, saiu vencedora.

No outro lado - com sete votos -, concorriam Círio Schneider (PP), Delmar Portz (PSDB) e Lorival dos Santos Silveira (PP) aos cargos de presidente, vice

e secretário. O desempate ocorreu com o voto do ex-presidente e candidato a secretário Ranzi.

MENSAGEM

Em seu último pronunciamento, Ranzi pediu atenção dos vereadores para ler a mensagem de fim de ano da Casa. Antônio de Castro Schefer não deixou. "Tu estás querendo aparecer. Deixa a mensagem, o Natal já passou." Sob protesto, Ranzi não leu o texto e retrucou: "É a primeira vez que a mensagem de fim de ano não é lida".

Uma parte do seu Imposto de Renda pode fazer muitas crianças sorrirem.

Você pode transformar a vida de nossas crianças para muito melhor. Basta fazer doação de valor dedutível de seu Imposto de Renda e apoiar o projeto **I PASSO DA FUNDEF**.

Entre em contato conosco para saber como:
Fones 51 3714-3711 ou 51 3748-5151
E-mail: graziela@fundef.org.br



Comunidade homenageia professora

Waltraude Wartschow, autora do hino de Teutônia, morreu no sábado. Cerimônia de despedida emocionou população.

Campanha cria rede de solidariedade



Jeferson Linck, de 4 anos, foi diagnosticado com leucemia. Família de Arroio do Meio procura doadores para o transplante.

CONEXÃO

IR LIGUE 51 3714-3711 ou 51 3748-5151

FUNDEF FUNDAÇÃO PARA REVELAÇÃO DAS POTENCIALIDADES CRIATIVAS

Abrace esta ideia.

CADASTRE SUAS SELADINHAS E PARTICIPE!

5.000 PRÊMIOS

WWW.LAJEADOBRIHA.COM.BR

TEMPO NO VALE



Muita nebulosidade com chance de pancadas de chuva.

Mínima: 22°C - Máxima: 30°C

FONTE: CIM/UNIVATES

A Hora

Compromisso com o Vale do Taquari.

Fundado em julho de 2002

Lajeado, quarta-feira,
30 de dezembro de 2015
Ano 12 - Nº 1499

Avulso: R\$ 1,00

Fechamento da edição: 21h

PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES

Ranzi arquiva projeto e Schmidt recorre ao MP

O prefeito Luis Fernando Schmidt quer mover ação de improbidade administrativa contra o presidente da câmara de vereadores, Carlos Ranzi (PMDB). Em sessão extraordinária, realizada ontem de manhã, o presidente do Legislativo teria infringido o regimento interno ao colocar em votação o arquivamento

do projeto do Plano de Carreira dos servidores de Lajeado. Além de improbidade, o Executivo estuda cobrar R\$ 120 mil do vereador, valor gasto com a consultoria contratada para elaborar o estudo técnico. Matérias do Regime Jurídico Único e criação de Previdência Social Própria foram rejeitadas.

Página 4

Lajeado emite 57 mil carnês



ANDERSON LOPES

IPTU: município altera o modelo de entrega dos carnês para evitar atrasos. Serviço fica a cargo do Banco do Brasil e começa após o feriadão. Governo estima arrecadar R\$ 19,5 milhões

Página 11

MÍNIMO NACIONAL

Salário sobe para R\$ 880 em janeiro

A presidente Dilma Rousseff confirmou ontem o aumento de 11,6% no salário mínimo nacional a partir de 2016. Medida incrementa em R\$ 92 o vencimento de 48 milhões de brasileiros.

Página 10

TEUTÔNIA

Larvas do aedes são encontradas



ARQUIVO A HORA

Vigilância Sanitária aumenta combate ao mosquito *aedes aegypti*. Um motorista que voltou de São Paulo apresentou sintomas de dengue.

Página 7

Schmidt ingressa no MP contra Ranzi

Governo questiona decisão do presidente da câmara de arquivar Plano de Carreira

Lajeado

O Executivo já procurou o Ministério Público (MP) para esse ajuizar uma ação civil pública de improbidade administrativa contra o agora ex-presidente do Legislativo, Carlos Ranzi (PMDB). De acordo com a assessoria jurídica do município, o vereador teria desrespeitado o regimento interno da câmara ao colocar em votação o arquivamento do projeto que instituiria o Plano de Carreira dos servidores públicos.

Na sessão extraordinária de ontem de manhã, Ranzi acatou a sugestão do vereador, Ildo Salvi (REDE), e colocou em votação o pedido para arquivar a proposta. O projeto, desenvolvido por uma consultoria terceirizada, com auxílio de servidores, foi então arquivado pela maioria.

Só Heitor Hoppe (PT), Sérgio Kniphoff (PT), Carlos Kayser (PP), Ernani Teixeira (PDT) e Sérgio Rambo (PT) votaram a favor da matéria durante a tumultuada sessão de ontem. Houve bate-boca entre os parlamentares, e os trabalhos foram suspensos por cinco minutos durante a votação.

A alegação de Salvi para o arquivamento foi a ausência de pareceres das comissões para uma emenda e dois ofícios encaminhados pelo prefeito, que alteraria em 5% a remuneração de algumas categorias. Ernani Teixeira (PDT), líder de governo e presidente da Comissão de Justiça, o acusa de ter impedido a análise ao "segurar" o documento original. "Não chegaram na minha mão. Ele tinha a obrigação moral de entregar."

Ranzi rebate o petetista. "Todos os vereadores têm acesso. Consta no expediente e todos recebem por e-mail. O fato de a cópia original ter ficado com o Salvi não é justificativa", afirma. Salvi também critica a postura de Teixeira. "Essa comissão, que se diz competente, já poderia ter feito essa avaliação. Eu peço o arquivamento." Tais documentos foram expedidos no dia 14 deste mês.

Antes da votação pelo arquivamento, houve críticas de Ranzi e Salvi ao vereador Carlos Kayser (PP), que também atua como fiscal concursado da Secretaria do Plane-



Vereador Carlos Ranzi (ao centro), ainda como presidente, autorizou a votação do arquivamento do Plano de Carreira dos servidores públicos

Há um prejuízo passível de reparação ao município, que pode, por força da lei, configurar improbidade [...]

Juliano Heisler
Assessor jurídico do município

jamento, e seria um dos beneficiados com a aprovação do projeto. Isso porque a proposta encaminhada ao Legislativo previa aumento salarial para a categoria dele. "Está legislando em causa própria", endossou Djalmo da Rosa (PMDB).

"Não há arquivamento em extraordinária"

De acordo com o procurador jurídico do governo, Juliano Heisler, a ação de Ranzi de colocar em votação o pedido de arquivamento

do projeto é inconstitucional, por "ferir o princípio da legalidade da administração pública". "Vamos aguardar a posição oficial do Legislativo, com o ofício do arquivamento para tomar as devidas providências."

Segundo ele, as justificativas apresentadas por Ildo Salvi também são falhas, pois não existe obrigatoriedade de parecer prévio em sessões extraordinárias. "O erro principal é o presidente do Legislativo colocar em votação uma matéria deliberadamente contrária ao regimento interno da casa. Não existe arquivamento em extraordinária. Apenas aprovação ou rejeição dos projetos."

O advogado afirma também que o presidente da câmara poderá ser condenado a devolver cerca de R\$ 120 mil aos cofres públicos, valor correspondente aos gastos com a contratação de uma consultoria terceirizada para a produção do projeto arquivado. "Há um prejuízo passível de reparação ao município, que pode, por força da lei, configurar improbidade administrativa a quem deu causa a ele."

Segundo Heisler, por força da legislação eleitoral, no ano de eleição não poderá ser concedida vantagem nova aos servidores. Com isso, o projeto de lei arquivado só poderá ser reencaminhado ao Legislativo em 2017. "Isso significa que o arquivamento causa dano

direto ao Executivo, já que terá que contratar nova consultoria. O cálculo atuarial, por exemplo, estará desatualizado."

Ranzi demonstra tranquilidade

O vereador demonstra tranquilidade e garante ter atuado dentro da legalidade. "É um procedimento previsto. Indiferente do tipo de sessão. A plenária é soberana. E o resultado ou efeito é o mesmo. Os vereadores utilizam o arquivamento quando acreditam que não têm condições de dizer que sim ou não ao projeto."

Conforme Ranzi, a sugestão de arquivamento partiu de três vereadores, e a ação ainda obte-

ve apoio da maioria na votação. "Estou tranquilo. Não será o primeiro movimento contrário daquele poder contra o Legislativo caso não concorde. Há diversas Adins (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra votação dos vereadores. E notadamente também têm silenciado projeto aprovados pela casa."

Apesar da medida anunciada pelo governo municipal, o vereador acredita que a decisão de arquivar a matéria atendeu a grande percentual de funcionários descontentes com a proposta. O prefeito também entenderá que o projeto merece ser revisto e negociado com o funcionalismo. Certamente, não vai querer esse com ele justamente em ano eleitoral



PREVIDÊNCIA E ESTATUTO REJEITADOS

Além do arquivamento do Plano de Carreira, que definiria forma de ingresso, remuneração, promoções, benefícios e mais detalhes sobre a vida funcional do servidor público, foram rejeitadas pela maioria do plenário as duas propostas que previam a criação da Previdência Social Própria e do Regime Jurídico Único.

Heisler critica as deci-

sões. "Os três projetos possuem matérias distintas." O objetivo do município era alterar de celetista para estatutário o regime de trabalho dos servidores. Com a mudança, os 1,7 mil funcionários deixariam de ser submetidos às regras da CLT para atender a legislação municipal. A medida atenderia a uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TC)

LAJEADO HOJE *Lajeado mais*

Com a sua contribuição o Governo de Lajeado está construindo uma cidade ainda melhor.



*Fonte: Índice Firjan 2015

O Governo de Lajeado está controlando despesas, investindo em obras, economizando recursos e gerando milhares de oportunidades.

Nos últimos anos, Lajeado se tornou ícone de crescimento econômico e social, com melhorias constantes na infraestrutura, saúde e educação. E por trás de tudo isso está a sua contribuição, pois através do seu IPTU, muita coisa acontece na nossa cidade. São exemplos disso, a criação da Central do Empreendedor, que está agilizando a criação de novas empresas; a instalação do sistema de videomonitoramento, garantindo

segurança para toda a comunidade; a construção de um novo acesso ao bairro Conventos, melhorando a mobilidade urbana e a segurança de motoristas e pedestres. Além disso, em toda a cidade há reformas e ampliações complementando a transformação e a realização de um governo que ouve à comunidade e que trabalha para fazer mais, mudando para melhor a vida dos seus cidadãos. E, em 2016, não será diferente.

Fone (51) 3982.1000 | ouvidoria@lajeado.rs.gov.br | www.lajeado.rs.gov.br



IPTU deve gerar R\$ 19,5 milhões em 2016

Entrega dos carnês começa no dia 4. Desconto de 15% perdura até o fim de janeiro

Lajeado

A semana pós-feriado de Réveillon marca o começo da distribuição dos carnês do IPTU. Em 2016, a cobrança será feita para 57 mil unidades dos carnês e alvarás e o tributo terá reajuste de 9%.

A possibilidade de um desconto de 15% é um dos atrativos para o pagamento até o 29 de janeiro, na avaliação do secretário da Fazenda, José Carlos Bullé. De acordo com ele, o pagamento único para aproveitar o desconto máximo foi a escolha de 70% dos contribuintes em 2015.

Bullé ressalta a importância do imposto, responsável por 8% das arrecadações em tributos. "É um dos poucos tributos que podem gerar a perda do imóvel. Ele é uma fonte importante, quanto antes o município recebe, mais rápido consegue desenvolver suas ações."

Outras opções de desconto encerram em 29 de fevereiro e 31 de março. Na primeira, o abatimento é de 7,5% e, na última, chega a 5%.

Também é possível parcelar sem acréscimo pagando uma prestação até 29 de abril. Além das alternativas, até 10 de maio, é possível dividir em até oito vezes com parcelas superiores a R\$ 50.



Em Lajeado, Executivo emite cobrança para cerca de 57 mil edificações. Neste ano, 70% dos contribuintes aproveitaram descontos

Antecipação

Para evitar problemas na entrega dos carnês, a produção do material foi antecipada e eles já estão disponíveis desde o início desta semana. No ano passado, as entregas só começaram no fim de janeiro.

Uma das novidades deste ano estará no conteúdo dos boletos. Os documentos não terão os carnês para pagamento parcelado e o contribuinte optante pelo modelo deverá solicitar, a partir de maio, a emissão na Secretaria da Fazenda.

“É um dos poucos tributos que podem gerar a perda do imóvel.”

José Carlos Bullé
Secretário de Finanças

A decisão de não enviar os boletos parcelados foi tomada pela adesão de cerca de 10% e como uma forma de reduzir custos de impressão. Outra medida foi a continuidade de uma parceria firmada com o Banco do Brasil já no ano passado, pela qual o Executivo não terá custos com a impressão dos carnês.

Desconto de 10%

Santa Clara do Sul. A quitação do IPTU e dos alvarás em parcela única terá 10% de desconto até 15 de fevereiro. Os contribuintes ain-

da podem pagar até 15 de março para serem beneficiados com 7% ou até 15% de abril, para 5%.

O limite para o pagamento único é 16 de maio. Após a data, os pagamentos devem ser feitos por parcelamento. A partir deste ano, os carnês contam com os boletos adaptados. Assim, os contribuintes não precisam se deslocar até a prefeitura para a emissão. Também é possível negociar o pagamento do IPTU ou dos Alvarás no Setor de Tributação.

Prazos em Lajeado

Até 29 de janeiro:
15% de desconto

Até 29 de fevereiro:
7,5% de desconto

Até 31 de março:
5% de desconto

Até 29 de abril:
Parcelamento sem acréscimos

Atingidos pelo temporal recebem telhas

Encantado

A distribuição de telhas brasileira de 6mm, recebidas pela Defesa Civil Estadual, começou nesta semana. O município foi contemplado com 5.424 unidades para atender 342 famílias cadastradas e que tenham o Número de Identificação Social (NIS). Cada família receberá 16 telhas.

A previsão é que em janeiro todas as famílias atingidas pela chuva de granizo, que estão cadastradas e atendam os critérios,

receberão o benefício. Conforme o coordenador da Defesa Civil municipal, Getúlio Leonel dos Santos Nunes, foi iniciada a entrega das telhas no bairro mais atingido, o Jardim do Trabalhador. Na sequência será o Nova Morada, seguido pelos demais bairros atingidos.

Em relação ao FGTS, até o momento não há uma resposta concreta do Ministério de Integração e Defesa Civil Nacional. Mais informações com a Defesa Civil pelo 8017-8016.

Governo federal concede título de herói da pátria a Leonel Brizola

País

A presidente Dilma Rousseff sancionou lei que inclui o político gaúcho Leonel de Moura Brizola no *Livro dos Heróis da Pátria*. A obra homenageia brasileiros que se destacaram na defesa e construção da história nacional. O livro, com páginas de aço, fica exposto no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

O fundador do PDT nasceu em 1922, em Carazinho, e morreu no

Rio de Janeiro, em 2004. Foi o único político brasileiro a governar dois estados diferentes: o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Também foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e deputado federal.

Brizola teve participação na luta contra a ditadura militar e, após o golpe de 1964, viveu exilado no Uruguai, Estados Unidos e Portugal. Concorreu à Presidência da República por duas vezes e foi candidato a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição de 1998, quando foram

derrotados por Fernando Henrique Cardoso.

O nome do político gaúcho vai estar ao lado de figuras históricas como Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Dom Pedro I, Duque de Caxias, Alberto Santos Dumont, Chico Mendes, Getúlio Vargas, Heitor Villa Lobos e Anita Garibaldi.

A lei sancionada por Dilma também altera o prazo necessário para que uma personalidade possa ser homenageada no *Livro dos Heróis da Pátria* após sua morte, que era de 50 anos.